

ROMPER COM AS AMARRAS: EDUCAÇÃO PARA EMANCIPAÇÃO E PROMOÇÃO DA AUTOESTIMA DE CORPOS NEGROS

Tainá Cristina da Silva Barros¹
Ingrid Ertel Sturmer Ingrassia²

RESUMO: Neste ensaio acadêmico olhamos, brevemente, para a realidade atual dos corpos negros no Brasil que, apesar de algumas conquistas como a Lei 10.639/2003 está longe de terem respeitadas e valorizadas sua ancestralidade, direitos e, por conseguinte, seu protagonismo. Somos alertados sobre o perigo de uma história única sob a ótica de uma acadêmica da Licenciatura em Pedagogia que traz algumas de suas vivências enquanto aluna negra que foi constituída sem representatividade positiva nos ambientes pelo qual passou devido ao silenciamento e apagamento das vozes e intelectualidade negras. Através desta perspectiva e diálogo com alguns educadores, sociólogos e historiadores somos convocados a refletir sobre o papel da escola na emancipação e promoção da autoestima das individualidades negras.

PALAVRAS-CHAVE: Corpos negros. Protagonismo negro. Educação antirracista. Apagamento das vozes negras.

ABSTRACT: *In this academic essay, we briefly examine the current reality of black bodies in Brazil, which, despite some achievements such as Law 10.639/2003, is far from having their ancestry, rights, and consequently, their protagonism respected and valued. We are alerted to the danger of a single narrative from the perspective of an academic in the Pedagogy program, who shares some of her experiences as a black student who was shaped without positive representation in the environments she passed through due to the silencing and erasure of black voices and intellectuality. Through this perspective and dialogue with some educators, sociologists, and historians, we are called to reflect on the role of the school in the emancipation and promotion of the self-esteem of black individualities.*

KEYWORDS: *Black bodies. Black protagonism. Antiracist education. Erasure of black voices.*

¹ Graduada em Pedagogia pela Unicnec. E-mail: tataa_twii@yahoo.com.br.

² Professora orientadora no curso de Pedagogia da Unicnec. E-mail: ingridsturmer@cneec.br.

INTRODUÇÃO

Há 136 anos, ocorria a abolição da escravidão. Isso deu início a um cenário de abandono e negligência com os corpos negros que, dentro da lógica da escravidão, condicionaram que o Brasil se tornasse o país que é hoje em termos de desenvolvimento econômico e acumulação de riquezas de alguns (poucos). Muito se deve à população negra, vítimas da diáspora forçada, mas pouco é proporcionado a essa população. 136 anos e ainda é necessário falarmos sobre representatividade, sobre representação positiva e presença de corpos negros, sobre políticas públicas de inclusão e valorização da diversidade populacional brasileira. 136 anos e apenas há dezenove se tornou obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira no Brasil.

Esta escrita está amparada, principalmente, por Freire (1985; 1996), conta também com o embasamento teórico de Hooks (1994; 2021), Gomes (2017), Negreiros (2017) e Fernandes (2020), da escritora e feminista Adichie (2018), do sociólogo e professor Souza (2021) e do historiador Woodson (2021 – ano de sua publicação no Brasil), para mostrar como a educação traz consigo um caráter emancipatório através da promoção e afirmação de autoestima desses corpos.

No Capítulo “Teorizações: o perigo do apagamento das vozes negras”, é apresentado o perigo de uma história única, entendendo de que forma a educação desprivilegia corpos negros, o papel da cultura e o compromisso acordado entre currículo e uma educação que seja decolonial e antirracista. Já no Capítulo “Prospecções futuras: romper com as amarras” são apresentadas algumas prospecções futuras, importância da formação continuada e papel do professor na educação das relações étnico-raciais. Em ambos os capítulos, vemos relatos pessoais com reflexões entrelaçadas ao que discutem os teóricos apresentados anteriormente. Por fim, nas “Considerações Finais: ir contra a maré”, reflete-se o caminho traçado e um convite será feito.

Teorizações: o perigo do apagamento das vozes negras

Para pensar a realidade atual dos corpos negros no Brasil, é preciso que esse corpo seja visto dentro de um determinado contexto, pois, com o passar da história, este corpo viveu diferentes relações (nesse caso, de opressão) e, por mais que os corpos da atualidade não tenham “culpa” do que foi historicamente construído, têm a responsabilidade de lidar com as heranças deixadas pela ancestralidade. Para Souza (2021, p. 138) “quando temos em vista apenas o dado imediato, a capacidade de reflexão é reduzida ao aqui e agora e não somos capazes de reconstruir os elos que ligam os fenômenos entre si”.

A afirmação, contextualizada à luz do materialismo histórico proposta no parágrafo anterior, é fundamental quando colocada em perspectiva a realidade dos corpos negros do nosso país, uma vez que, como afirma a socióloga Fernandes (2020, p.85), “[...] no contexto brasileiro, a questão racial é muito importante, pois o país foi construído (e segue sendo) com base na colonização e na escravização de corpos racializados”.

Os quase 400 anos de escravidão no Brasil, a forma que ela foi abolida e o desmazelo com o qual os corpos negros foram tratados após o seu “fim”, fatalmente precisam ser levados em consideração quando olhamos para esses corpos. Olhar esse, que precisa enxergar o corpo negro como um sujeito histórico e ser cuidadoso, uma vez que é filtrado pela lente pela qual enxergamos o mundo, a cultura (Laraia, 1986).

A cultura detém diversas e variadas formas de expressão, mas precisa, acima de tudo, ser entendida como uma das principais formas de perpetuação do conhecimento de um determinado grupo ou nação. Mas, dentro de uma nação tão heterogênea quanto a brasileira, pode-se dizer que todos os grupos tiveram direito de ter suas histórias contadas? A que grupo foi concedido o direito de tornar a sua versão da história a única?

Ao nos alertar sobre o perigo de uma história única, Chimamanda Ngozi Adichie (2018) denuncia a existência de um privilégio narrativo legado pela classe dominadora, deixando para a classe oprimida um papel limitado, secundário, invisível. Nas palavras da autora “[...] mostre um povo como uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna” (2018, p. 13).

A história dos povos originários que nos é contada na escola, não os privilegia porque não é contada por eles e, sim, por quem os oprimia, escravizava e, posteriormente, os segregou. Prática escolar essa denunciada por Woodson (2021, p.27):

A descrição das várias partes do mundo foi elaborada de acordo com o mesmo plano. As partes habitadas pelos caucasianos foram tratadas em detalhes. Menos atenção foi dada aos amarelos, menos ainda aos indígenas, pouquíssima atenção aos pardos e praticamente nenhuma aos pretos.

Porém, ao assumir o compromisso com a educação integral que visa “[...] colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (Brasil, 2018, p. 7), a Base Nacional Comum Curricular (2018) propõe uma quebra nos ciclos padronizados pelas lógicas provenientes de anos e anos de opressão e silenciamento. A BNCC se compromete a firmar o “compromisso de reverter a situação de exclusão histórica que marginaliza grupos – como os povos indígenas originários e as populações das comunidades remanescentes de quilombos e demais afrodescendentes [...]”. (Brasil, 2018, p. 13-14). Também atribui ao ensino de história a responsabilidade de ajudar estudantes na tarefa de:

[...] compreenderem o papel das alteridades presentes na sociedade brasileira, comprometerem-se com elas e, ainda, perceberem que existem outros referenciais de produção, circulação e transmissão de conhecimentos, que podem se entrecruzar com aqueles considerados consagrados nos espaços formais de produção de saber. (BRASIL, 2018, p. 397)

Neste sentido, visa romper, justamente, com o privilégio narrativo apontado por Adichie (2018), conforme explicitado anteriormente. Conquista essa, após anos de luta do Movimento Negro que, nas palavras da primeira mulher negra a se tornar reitora de uma universidade pública, “[...] organiza e sistematiza saberes específicos construídos pela população negra ao longo da sua experiência social, cultural, histórica, política e coletiva.” (Gomes, 2017, p.19). Podemos, inclusive, conceder ao Movimento Negro o mérito pela Lei 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nas grades de Ensino Fundamental e Médio e inclui no calendário escolar o Dia da Consciência Negra, 20 de novembro.

Para além das legislações, é importante que se questione, constantemente, as formas de abordagem do conteúdo listado pelo currículo, tendo em mente o que se objetiva com a inserção da pauta racial nas escolas. Gomes (2017, p.45) questiona: “É possível educar para a diversidade em uma sociedade marcada pelo colonialismo, pelo capitalismo, pelo machismo e pelo racismo?”. A resposta é sim, e vem através de um processo que Freire (1985) chama de descolonizar a mente: tirar o dominador do trono do privilégio narrativo.

Trabalhar³ o conteúdo através de uma perspectiva decolonial, como fez Vallejo (2019) na disciplina *Fundamentos e Metodologias do Ensino de História*⁴, é utilizar múltiplas perspectivas para analisar um mesmo evento histórico, mas, para isso, é preciso que se liberte a mente da forte amarra que séculos de doutrinação nos prendeu. A disciplina mencionada acima também denuncia o perigo de uma história única passando por conceitos essenciais para que se entenda o materialismo histórico. São eles: história local, tempo e espaço, tipos de memória e explicitando o papel do professor que visa formar sujeitos criticamente instrumentalizados.

³ A partir daqui a aluna (atualmente já formada em Pedagogia) passa a trazer seus aprendizados e reflexões ancoradas nas aprendizagens realizadas nas disciplinas ministradas pelos demais autores desse trabalho.

⁴ Disciplina essa, assim como as demais mencionadas aqui, que faz parte do currículo do curso de Pedagogia da instituição a qual os autores fazem parte. Optou-se pelas disciplinas mencionadas ficarem em itálico.

Tal qual a disciplina acima, outras também tiveram um papel importante em descolonizar as mentes dos alunos no curso de Pedagogia, como, por exemplo, a disciplina *Cultura e Formação da Identidade Brasileira* que, ao falar da identidade brasileira, escancara a ideologia de raça mostrando como construção social e aponta a cultura como passagem de conhecimento. Cultura essa, também mencionada e criticada, dado que privilegia apenas os grupos dominantes como apontado na disciplina *Fundamentos da Educação: Abordagem Sociológica*, apresentando-nos o pensamento crítico de Bourdieu (BOURDIEU, 1997 apud NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009, p. 74) em relação à neutralidade da escola, neste caso, criticando-a.

Esses aprendizados se entrelaçam e se abraçam com um conceito apresentado pela disciplina *Currículo e Práticas Culturais* quando refletimos sobre a “Pedagogia do Caos” que se compromete a transpor hierarquias por ser um processo educativo que escapa do controle.

A abordagem decolonial apresentada por Vallejo (2019) entrelaçada aos aprendizados dessas disciplinas mostra que é possível engajar professores na causa racial através da conscientização. Pensar uma educação antirracista é pensar em uma educação que potencializa o grupo que mais abandona a escola, que menos se vê nos livros didáticos e menos tem motivos para se orgulhar da representação histórica de sua ancestralidade. Souza (2021, p.150) complementa ao dizer que:

É necessária a presença também desse elemento ideacional, simbólico e narrativo que “constitui” um povo enquanto tal. Esse elemento não apenas constrói cognitivamente uma ideia de pertencimento, mas também, possui um decisivo componente afetivo e moral expresso na ideia de partilhar um destino comum e de forjar uma solidariedade social a partir da consciência desse pertencimento.

O efeito da falta do elemento ideacional mencionado acima é expresso na fala da professora Benilda Brito para o Canal Preto no vídeo “O racismo é perigoso na educação das crianças”, em que fala sobre a escolarização das crianças negras no Brasil ainda ser muito marcada pelo racismo estrutural e

comenta: “[...] a gente tem vergonha de pegar o livro de história na 5ª série e ver a nossa história porque começa: “Os escravos...” Ninguém fala dos reis e das rainhas, da resistência.”

Nas palavras de Gomes (2017, p.82) “trata-se da negação do corpo negro como corpo livre, que age, move, contesta, vibra, goza, sonha, reage, resiste e luta.”. Abordagem essa que, naturalmente, não ajuda na emancipação de corpos semelhantemente racializados e muito menos afirma sua autoestima. Por outro lado, a educação antirracista para o mesmo autor objetiva “promover um processo social, cultural, pedagógico e político de reeducação do negro e da negra sobre si mesmos e sobre o seu lugar de direito na sociedade brasileira.” (2017, p. 138).

Privilegiar grupos historicamente desprivilegiados dando voz a eles é uma prática que visa não só a presença desses corpos, mas, também, a representação positiva deles, proporcionando aos alunos etnicamente associados a esses corpos, uma experiência de autoconhecimento e autorrespeito promovendo, assim, a afirmação da autoestima desse aluno.

A educação é um direito social e a escola é um dos primeiros lugares de socialização das crianças e, para crianças negras, é o local que os apresenta à diversidade. Foi o que aconteceu comigo enquanto criança negra nascida e criada em favelas na Zona Norte do Rio de Janeiro, rodeada de outras crianças também negras que obteve a sorte de ingressar em uma instituição particular, na qual podia contar nos dedos de uma mão quantas outras crianças negras havia ali.

O estudo através desta perspectiva motivou a aprofundar minha investigação, apresentando-me ao silenciamento e apagamento das vozes e da intelectualidade negra, desmistificando o mito da democracia racial e, o mais triste, dos projetos de apagamento como o genocídio da juventude negra disfarçado de guerra às drogas. Entrar em uma sala de aula para estagiar após a tomada de consciência que esse estudo proporcionou foi fundamental para a minha experiência na graduação.

Além do estágio obrigatório, me aventurei em uma escola bilíngue localizada no bairro mais rico da cidade onde habito. Por ter passado toda a infância vendo filmes e séries em uma televisão que não permitia alterar o idioma para a Língua Portuguesa, acabei dando os primeiros passos no aprendizado da língua inglesa aos 13 anos. Hoje em dia, falo inglês fluentemente.

Conheci as professoras que seriam minhas orientadoras no processo, duas mulheres brancas e a professora de Língua Portuguesa que era negra - cotista formada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), fazendo da última, minha orientadora real. Todos os meus medos, inseguranças, percepções, foram confessados a ela por saber que entenderia. E de fato, entendeu. Éramos as únicas professoras negras da escola, as outras funcionárias negras estavam na cozinha da escola e os únicos alunos negros (na escola inteira!) eram duas meninas gêmeas adotadas por um casal branco e um menino, que estava na nossa turma.

Livros e atividades não procuravam privilegiar a cultura negra, mesmo sendo uma das duas turmas na escola inteira que possuía um aluno negro. Acabei saindo da escola ainda em 2018 após dois meses por motivos pessoais, mas temo até hoje pelos efeitos que o ambiente o qual essas crianças estão sendo formadas terá neles. Fato esse, que foi o propulsor na escolha do tema dessa escrita.

Prospecções futuras: romper com as amarras

Como visto anteriormente, por mais que o currículo se mostre compromissado com uma educação na perspectiva antirracista, muitas vezes não é o que acontece na sala de aula, pela maioria dos profissionais ainda estarem presos a um pensamento colonizador. Acabam negando ao seu aluno uma visão crítica sobre a história que doutrina mentes ao invés de libertá-las, impossibilitando-o de olhar para o mundo que habita de forma crítica. E por se tratar de uma educação tradicional, o aluno não é colocado no centro do aprendizado, não são privilegiadas suas vivências e conhecimentos prévios

e, muito menos, sua realidade. Se fala para os alunos, e não com eles. Freire (1996, p.32) questiona: “Por que não estabelecer uma “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos?”.

Outra autora, grande admiradora da Pedagogia Freireana, é Bell Hooks que não só critica a neutralidade da escola mas também nos apresenta ao estágio inicial da transformação, que é descrito por ela como “[...] momento histórico em que começamos a pensar criticamente sobre nós mesmos e nossa identidade diante das nossas circunstâncias políticas.” (1994, p. 67).

Para que se chegue ao estágio descrito por Hooks (1994), é preciso que se pense no professor. O professor tem o poder de, através da sua fala, provocar uma reflexão que pode, futuramente, se transformar em ação. Negreiros (2017, p.18) reafirma esse pensamento ao dizer:

Entende-se que a formação de docentes é um dos principais eixos de ações para a educação das relações étnico-raciais tanto porque é efetivamente necessário habilitá-los para ministrar o conteúdo expresso pela legislação quanto pela necessidade de mobilizá-los para o combate ao racismo na e por meio da escola.

A busca por essa formação mencionada por Negreiros (2017) se dá de múltiplas formas e minhas prospecções futuras estão alinhadas com o pensamento da autora, pois pretendo aprofundar ainda mais o meu conhecimento sobre a educação das relações étnico-raciais por meio da formação continuada, perpetuando as construções realizadas ao longo da graduação para que eu possa potencializar o caráter antirracista das minhas gerações de alunos. Romper com as amarras que limitam a história do continente africano a uma história de catástrofe e poder compartilhar com eles curiosidades e heranças valiosas que o povo africano nos deixou, como nos aponta Woodson (2021):

[...] os africanos foram pioneiros na domesticação de ovelhas, cabras e vacas, desenvolveram a ideia de julgamento por júri, produziram os primeiros instrumentos de cordas e deram ao mundo

seu maior benefício na descoberta do ferro. Você jamais saberia que antes da invasão islâmica, aproximadamente no ano 1000 d.C., esses nativos do coração da África desenvolveram reinos poderosos que depois foram organizados, como o Império Songhay, de forma semelhante à dos romanos e ostentando grandeza similar. (p. 28).

Nos níveis Fundamental e Médio, a descolonização do ensino é possível através da formação continuada de professores compromissados com a causa trabalhando na elaboração de materiais e aulas que desenvolvam uma perspectiva antirracista, preocupados com a presença de obras escritas e protagonizadas por pessoas negras que façam uma representação positiva. Na Educação Infantil, o compromisso se faz com a mesma urgência, porém, pode se dar de forma mais lúdica, com a ajuda de animações como Moana (2016), A princesa e o sapo (2009), Super Choque (2000), Homem-Aranha no Aranhaverso (2018), Cada um na sua casa (2015), Encanto (2021) e etc.; na literatura podemos contar com obras como Amoras (2018), Sinto o que sinto: e a incrível história de Asta e Jaser (2019), Amor de cabelo (2020), O pequeno príncipe preto (2020), Sulwe (2019), Meu crespo é de rainha (2018) e o clássico Menina bonita do laço de fita (1986), entre outros.

Crescer sem representatividade alguma em tudo que eu assistia, lia e ouvia, fez com que eu me sentisse forasteira dentro do meu próprio corpo, uma vez que, corpos como o meu só eram vistos no momento em que era encarado um espelho. Quando, finalmente, vi pessoas iguais a mim em um livro ou em notícias, elas estavam sendo acorrentadas, presas, maltratadas e sempre tinham um olhar de tristeza.

[...] um dos maiores desafios que uma/a jovem estudante negro/a tem que enfrentar não pode ser ilustrado em manchetes. A luta é interna. O/a jovem estudante negro/a precisa, antes de tudo, ser incentivado a superar esse complexo de inferioridade que faz com que ele/ela tenha uma imagem de si mesmo/a como alguém proibido de contribuir intelectualmente para o mundo. (Oliveira; Ferreira, 2023, p.16)

Por esse motivo, minha maior motivação em trazer e evidenciar a diversidade de cultura na sala de aula enquanto professora, se baseia no desejo de uma sociedade ciente de que a diversidade não se aprende, mas se percebe, se vive. Além disso, se baseia em evidenciar o quão mais rica é a realidade de uma sociedade pluralizada, que valoriza o que se vê fora da escola e traz a perspectiva para dentro dela. Estou ciente do quão ousado é o meu desejo, mas acredito que com entusiasmo e dedicação, mantendo sempre em perspectiva os meus objetivos, praticando a escuta ativa e tendo a humildade de colocar o meu aluno no centro do aprendizado - posto que o processo se inicia e se conclui nele - conseguirei marchar em direção ao meu propósito.

Considerações finais: ir contra a maré

A luta contra o racismo, racial e multidimensional, entre nós é uma luta de vida e de morte para todos os envolvidos e interessa igualmente a todos. Ou acabamos com ele, ou não restará vida social digna deste nome no Brasil.

(SOUZA, 2021, p. 296)

A fala acima nos mostra que pensar numa educação antirracista, decolonial, pautada em uma Pedagogia da diversidade, é um cenário que beneficia não só a população reprimida pelas lógicas de opressão vigentes, mas promove, também, uma melhora na vida social de todas as pessoas. Por consequência, a pesquisa realizada para essa escrita, que passou pelo panorama de opressão sofrido pelos corpos negros em nosso país, traz consigo um caráter intrinsecamente revolucionário pois, aqui, o objetivo foi pensar a educação como ferramenta primária para um possível processo de movimentação dos corpos negros em direção a sua emancipação e recuperação de autoestima como povo originário de um país que tanto nos exclui, nos oprime e nos apaga.

O aprendizado aqui construído, nos mostra como tem sido prejudicial, limitado e limitante o perigo de uma história única que, muitas vezes, embaçou nossa visão quanto a um acontecimento histórico ou uma nação. Aprendizado esse, que é inestimável, pois oportuniza a práxis pedagógica de Freire: teoria que alimenta a prática, que retoma e refaz a teoria, que volta para a prática.

Nós professores, devemos nos instrumentalizar para que possamos lidar com a ideologia de raça que construiu a nossa sociedade – ideologia perpetuada pelos nossos alunos diariamente, muitas vezes, sem perceber - e, ademais, fomentar a criticidade dos nossos educandos a fim de emancipá-los. Por fim, faço um convite: ir contra a maré que vem apagando a intelectualidade e protagonismo negro e mostrar os corpos negros não só como objeto de estudo, mas, também, como produtores de conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BRASIL. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jun. 2003.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRITO, Benilda. Canal Preto (Realizadora). **O racismo é perigoso na educação das crianças**. YouTube. 01/10/2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KZGNu4NcWLs> Acesso em 10 jul. 2024.

FERNANDES, Sabrina. **Se quiser mudar o mundo: um guia político para quem se importa**. São Paulo, SP: Planeta, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e terra, 1996.

_____. FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação.** Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes. 1994.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura, um conceito antropológico.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

NEGREIROS, D.F. **Educação das relações étnico-raciais: avaliação da formação de docentes** [Recurso Eletrônico]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2017.

NOGUEIRA, Maria Alice & NOGUEIRA, Claudio Marques Martins. **Bourdieu & a Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

OLIVEIRA, Marinês Barbosa de; FERREIRA, Leandro Tiago Gomes. **“Com ciência negra” – Saberes, práticas e filosofias africanas e afrodescendentes reflexões sobre a autoestima de adolescentes negros e negras no âmbito do projeto afrocientistas.** Revista da ABPN. v.15 nº Edição Especial. Abril 2023 p. 195-212.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil.** Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

VALLEJO, Carla Regina Sanches; **Fundamentos da Educação: abordagem histórica** [Recurso Eletrônico]. Osório: CNEC EAD, 2019.

WOODSON, Carter G. **A deseducação do negro.** São Paulo: Edipro, 2021.